



Ano após ano, o Direito Eleitoral vem acentuando sua autonomia acadêmica no Direito brasileiro e colocando-se no centro dos grandes debates nacionais. O *Tratado de Direito Eleitoral* representa a mais ambiciosa coleção de doutrinas em Direito Eleitoral no Brasil. A coletânea, que conta com a contribuição de mais de duzentos autores, compilou os principais estudos acerca dos mais atuais debates deste ramo do Direito, sistematizando-os em oito grandes temas: *Direito Constitucional Eleitoral, Direito Partidário, Elegibilidade e Inelegibilidades, Propaganda Eleitoral, Financiamento e Prestação de Contas, Direito Processual Eleitoral, Abuso de Poder e Perda de Mandato e Direito Penal e Processo Penal Eleitoral*. Assim, o *Tratado de Direito Eleitoral* vem para se tornar a principal fonte de pesquisa acadêmica e profissional em Direito Eleitoral existente até hoje.

LUIZ FUX
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA
WALBER DE MOURA AGRA
Coordenadores

Luiz Eduardo Peccinin
Organizador

Comissão Científica

Roberta Maia Gresta
Frederico Franco Alvim
João Andrade Neto

Comissão Executiva

Maitê Chaves Marrez
Paulo Henrique Golambiuk
Waldir Franco Félix Júnior

VOLUME 2 DIREITO PARTIDÁRIO

COLEÇÃO TRATADO DE DIREITO ELEITORAL

Área específica
Direito Eleitoral

Áreas afins
Direito Constitucional, Direito Político e
Parlamentar, Ciência Política

Público-alvo/consumidores
Acadêmicos, advogados, servidores da Justiça
Eleitoral, juízes e promotores eleitorais

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10001391

D597 Direito Partidário / Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.); Luiz Eduardo Peccinin (Org.). – Belo Horizonte : Fórum, 2018.
426 p.

Tratado de Direito Eleitoral
V. 2

ISBN da Coleção: 978-85-450-0495-0
ISBN do Volume: 978-85-450-0497-4

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Constitucional. 3. Direito partidário. 4. Ciência Política.
I. Fux, Luiz. II. Pereira, Luiz Fernando Casagrande. III. Agra, Walber de Moura. IV.
Peccinin, Luiz Eduardo. V. Título.

CDD 341.28
CDU 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura (Coord.); PECCININ, Luiz Eduardo (Org.). *Direito Partidário*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 426 p. (Tratado de Direito Eleitoral, v. 2.) ISBN 978-85-450-0497-4.

LUIZ FUX

Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Professor catedrático de processo civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Filosofia. Presidente da Comissão de Juristas do Novo Código de Processo Civil.

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA

Advogado. Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professor de processo civil da Pós-Graduação do Instituto Romeu Bacellar e de outras instituições. Foi membro consultor da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil do Conselho Federal da OAB. É autor, ainda, de inúmeros artigos, cursos e palestras na área do Direito Processual Civil e do Direito Empresarial. Compõe o Conselho Científico de diversas revistas jurídicas. Atualmente é Conselheiro titular do Conselho Seccional na OAB-PR. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

WALBER DE MOURA AGRA

Advogado e Procurador do Estado de Pernambuco. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco/Università degli Studio di Firenze. Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Montesquieu Bordeaux IV. Professor Visitante da Universidade Montesquieu Bordeaux IV (2008). Visiting Research Scholar of Cardozo Law School. Diretor e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Professor visitante da Universidade de Bari - Itália. Professor do Centro Didático Euro Americano (CEDEUAM) da Università Del Salento. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

LUIZ EDUARDO PECCININ (Organizador)

Advogado. Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Especialista em Direito Eleitoral pela Universidade Positivo. Vice-Presidente do IPRADE – Instituto Paranaense de Direito Eleitoral. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Coordenador Executivo do curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo e do Curso de Pós-Graduação *In Company* em Direito Eleitoral UP e TRE/PR. Membro da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraná.

Sumário:

PARTE I DIREITO PARTIDÁRIO

CAPÍTULO 1

DEMOCRACIA E PARTIDOS POLÍTICOS

MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO	15
Referências	21

CAPÍTULO 2

DIREITOS PARTIDÁRIOS: EXAME CRÍTICO E PROPOSTAS SOBRE A REGULAÇÃO JURÍDICA DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

RAFAEL MORGENTHA SOARES	23
2.1 Introdução	23
2.2 Panorama do sistema partidário atual	25
2.3 Direitos existenciais	26
2.4 Direitos econômicos	32
2.5 Direitos eleitorais	38
2.6 Direitos políticos	41
2.7 Conclusões	43
Referências	44

CAPÍTULO 3

PARTIDOS POLÍTICOS E A BUSCA DA AMPLA REPRESENTATIVIDADE: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E COLÔMBIA

ANA PAULA FULIARO	45
3.1 Introdução	45
3.2 Partido político e representação política	46
3.3 O partido político no Brasil: regras para criação e extinção	49
3.4 O partido político na Colômbia: regras para criação e extinção	52
3.5 Considerações finais	56
Referências	57

CAPÍTULO 4

O DECLÍNIO DO PLURIPARTIDARISMO A PARTIR DA REFORMA POLÍTICA

LAERTY MORELIN BERNARDINO	59
4.1 Introdução	59
4.2 O pluripartidarismo no Brasil	60
4.3 O declínio do pluripartidarismo	62
4.4 Abordagem político-jurídica do pluripartidarismo à luz da reforma política	64
4.5 Conclusão	68
Referências	69

CAPÍTULO 5

AS CANDIDATURAS AVULSAS, O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E O ESTADO DE PARTIDOS

MARCELO RAMOS PEREGRINO FERREIRA, LUIZ GUILHERME ARCARO CONCI	71
---	----

5.1	Preâmbulo.....	71
5.2	O partido político no ordenamento nacional	72
5.3	O Estado de Partidos.....	73
5.4	A regulação das candidaturas entre o direito doméstico e o direito internacional.....	79
5.4.1	A jurisprudência da Corte Interamericana sobre o relacionamento entre autoridades nacionais e o Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos	82
5.5	A jurisprudência da Corte IDH sobre candidaturas independentes e o controle de convencionalidade	84

CAPÍTULO 6

POSICIONAMENTOS IDEOLÓGICOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE DIREITA NO BRASIL

BRUNO BOLOGNESI, FLÁVIA ROBERTA BABIRESKI.....		89
6.1	Introdução	89
6.2	O que é a direita? Conceito e contexto	90
6.3	Os documentos partidários.....	91
6.4	Analisando os dados.....	95
6.5	Considerações finais.....	100
	Referências.....	101
	Anexo: Porcentagem de texto para cada categoria de análise	102

PARTE II

FIDELIDADE PARTIDÁRIA

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ELEITORES E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

ÉDER RODRIGO GIMENES		109
1.1	Considerações iniciais.....	109
1.2	Partidarismo, desalinhamento partidário e democracia na literatura internacional.....	110
1.3	Partidos políticos, sistema partidário e identificação partidária no Brasil.....	117
1.4	Determinantes e efeitos do partidarismo entre os brasileiros.....	120
1.5	A emergência de sentimentos negativos: indiferenciação, alienação e antipartidarismo	124
1.6	Considerações finais.....	126
	Referências.....	127

CAPÍTULO 2

ASPECTOS POLÊMICOS E ATUAIS SOBRE FIDELIDADE PARTIDÁRIA

GABRIELA ROLLEMBERG		135
2.1	Introdução: os desafios da Justiça Eleitoral decorrentes da competência para julgar processos que tratam da infidelidade partidária.....	135
2.2	Fidelidade partidária: o elemento mais importante a ser considerado é o eleitor, e não o partido político.....	137
2.3	Aspectos polêmicos e atuais sobre fidelidade partidária	140
2.3.1	Fidelidade partidária em cargos eleitos pelo sistema majoritário.....	140
2.3.2	A criação da “janela partidária” e os seus efeitos.....	148
2.3.3	Criação de novo partido como justa causa para desfiliação	151
2.4	Considerações finais.....	158
	Referências.....	159

CAPÍTULO 3

FIDELIDADE *VERSUS* MANDATO LIVRE: A DISCIPLINA PARTIDÁRIA COMO OBSTÁCULO À RESPONSABILIDADE DO PARLAMENTAR

RICARDO SÉRVULO FÔNSECA DA COSTA		161
3.1	Introdução	161
3.2	A crise das ideologias partidárias no Brasil e seus reflexos políticos	162
3.3	A disciplina partidária, independência do exercício do mandato, a legitimação poupar e a possibilidade da migração de legendas.....	164
3.4	A influência do coronelato político nas legendas partidárias brasileiras e o resultado desse fenômeno na atuação parlamentar	167
3.5	O populismo político na América Latina e a sua repercussão nos mandatos parlamentares: o apreço às figuras políticas messiânicas no Brasil	169
3.6	A crise de credibilidade e a criminalização da atividade política: um risco à democracia	171
3.7	O fenômeno das redes sociais e a influência na responsividade parlamentar.....	173
3.8	O Estado de Direito, o Estado Democrático de Direito, a maturação da democracia e os efeitos nos mandatos parlamentares.....	174
3.9	Considerações finais.....	176
	Referências.....	177

PARTE III
PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS

CAPÍTULO 1

O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS

SÉRGIO SILVEIRA BANHOS	181
1.1 Notas de introdução.....	181
1.2 A transparência no ordenamento jurídico	183
1.3 Abrangência do princípio da transparência na prestação de contas partidárias	183
1.4 Desafios para as eleições de 2018	186
1.5 Conclusão	188
Referências.....	189

CAPÍTULO 2

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS: O DEVER DE PRESTAR CONTAS E A EVOLUÇÃO DO INSTITUTO NO BRASIL

DENISE GOULART SCHLICKMANN	191
2.1 Introdução	191
2.2 Partidos políticos e o dever de prestar contas.....	191
2.3 A evolução das normas de prestação de contas partidárias no Brasil.....	195
2.4 Do exame formal ao processo administrativo que julga as contas e deste à implementação do processo judicial de prestação de contas partidárias – O impacto da evolução normativa	200
2.5 Considerações finais.....	203
Referências.....	204

CAPÍTULO 3

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS: INEFICIÊNCIAS E LACUNAS

KAMILE MOREIRA CASTRO, RICARDO REGIS RODRIGUES DA SILVA.....	207
3.1 Introdução	207
3.2 Problemática do tema	208
3.3 Conclusão	221
Referências.....	223

CAPÍTULO 4

TOMEMOS A SÉRIO O DEBATE EM TORNO DO COMPLIANCE PARTIDÁRIO: UMA PRIMEIRA REFLEXÃO CRÍTICA DOS PROJETOS DE LEI NºS 60/2017 E 429/2017, DO SENADO FEDERAL. EM BUSCA DE UM MODELO EFETIVO

MARIA CLAUDIA BUCCHIANERI PINHEIRO.....	225
4.1 De que aspectos da vida partidária deve cuidar um programa de integridade e o que se deve dele esperar – Programas de integridade x programas de conformidade – A inaplicabilidade da LOC aos partidos políticos – Prestação de contas partidárias – Programas de <i>compliance</i> e autonomia partidária – A democracia interna dos partidos políticos como elemento imprescindível para o desenvolvimento de uma cultura de transparência e controle	229
4.2 Qual a melhor forma de implementar uma política de <i>compliance</i> partidário? Obrigatoriedade pura e simples do programa ou introdução da política de integridade como forma de atenuação de penalidades no contexto de responsabilização objetiva dos partidos políticos? Pela construção de um modelo misto, de obrigatoriedade e incentivos (“varas e cenouras”) – A inviabilidade de imposição irrestrita do sistema de <i>compliance</i> a todas as esferas partidárias, indistintamente – O exemplo espanhol.....	241
4.3 Análise crítica geral dos Projetos de Lei nºs 60/2017 e 429/2017.....	245
4.4 A Medida nº 8 inserida no pacote de combate à corrupção apresentado pelo Ministério Público – Da responsabilização objetiva dos partidos políticos.....	248
4.5 Conclusões iniciais	250

PARTE IV
DIREITO DE ANTENA

CAPÍTULO 1

DIREITO DE ANTENA E OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO POLÍTICA

PAULA BERNARDELLI	255
1.1 Introdução	255

1.2	O Direito de Antena	255
1.3	A liberdade de expressão política	259
1.4	Os limites do conteúdo divulgado por partidos e candidatos no exercício do Direito de Antena	260
1.5	As medidas judiciais para controle dos excessos.....	263
1.6	Conclusão	264
	Referências.....	265

CAPÍTULO 2

A LIBERDADE DE EXPOSIÇÃO E A COOPTAÇÃO PARTIDÁRIA EM TEMPOS DIGITAIS

MARCELO WEICK POGLIESE	267
------------------------------	-----

CAPÍTULO 3

A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE OS CANDIDATOS E A DESSIMETRIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO

VOLGANE OLIVEIRA CARVALHO, FREDERICO FRANCO ALVIM		281
3.1	Introdução	281
3.2	O direito de sufrágio passivo no ordenamento jurídico brasileiro	282
3.2.1	Breve memória da participação política passiva: o patrimonialismo político brasileiro	282
3.2.2	Novas perspectivas para o sufrágio passivo: o candidato detentor de direitos	284
3.3	Sufrágio passivo <i>versus</i> equidade eleitoral: interações e contradições	287
3.4	A distribuição do tempo de propaganda eleitoral e a igualdade de oportunidades	291
3.4.1	Histórico legislativo	291
3.4.2	Crítica ao modelo brasileiro	293
3.5	O <i>case</i> das eleições presidenciais brasileiras: o tempo de propaganda desequilibra a disputa?	296
3.5.1	Estudo dos dados referentes à distribuição do tempo de propaganda eleitoral nas últimas eleições presidenciais	296
3.6	Considerações finais.....	301
	Referências.....	302

PARTE V

DEMOCRACIA INTERNA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

CAPÍTULO 1

DEMOCRACIA INTERNA DOS PARTIDOS

JOSÉ LUÍS BLASZAK.....	307
1.1 Considerações iniciais.....	307
1.2 A formação e a organização dos partidos na Constituição da República e na legislação infraconstitucional	307
1.3 Comissão provisória – Um órgão temporário.....	310
1.4 O uso antidemocrático das comissões provisórias.....	313
1.5 Participação feminina nos diretórios	320
1.6 A necessária democracia interna.....	322
1.7 A Justiça Eleitoral, em todo e qualquer tempo, como sede para dirimir todas as questões de natureza <i>interna corporis</i> dos partidos políticos.....	325
1.8 Conclusão	325
Referências.....	326

CAPÍTULO 2

DEMOCRACIA INTERNA E O FENÔMENO DA OLIGARQUIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

RAYMUNDO CAMPOS NETO	327
2.1 Introdução	327
2.2 Autonomia dos partidos políticos	327
2.3 Processo de oligarquização	330
2.4 O princípio democrático e os partidos políticos	338
2.5 Considerações finais.....	341
Referências.....	342

CAPÍTULO 3

DEMOCRACIA PARITÁRIA INTRAMUROS

DIANA PATRÍCIA CÂMARA	343
3.1 Democracia paritária.....	345
3.1.1 Políticas paritárias intramuros: necessidade de mudanças de postura em relação às mulheres e às minorias	346
3.1.1.1 Estabelecimento de quotas, reserva de sexo e reserva de verbas do Fundo Partidário como ações afirmativas para alcançar a paridade	348
3.1.2 A necessidade de fortalecer os partidos políticos e democratizar o acesso das minorias e vulneráveis aos espaços de poder	352

CAPÍTULO 4

OS DESAFIOS NA DEMOCRACIA INTERNA PARTIDÁRIA BRASILEIRA: POSSÍVEIS FERRAMENTAS DE ATUAÇÃO PROCEDIMENTAL DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS PARA SUA ARTICULAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DE APROXIMAÇÃO COM O CIDADÃO

ANA CRISTINA FERRO BLASI	355
4.1 Introdução	355
4.2 Democracia interna dos partidos políticos	356
4.3 Partidos políticos e os desafios de representatividade	359
4.4 Possíveis ferramentas de atuação procedimental das organizações partidárias para sua articulação sociopolítica de aproximação com o cidadão brasileiro	362
4.5 Conclusão	365
Referências	366

CAPÍTULO 5

DA PREVISÃO LEGAL AO APRENDIZADO INSTITUCIONAL: INTERVENÇÕES INTERNAS E COMISSÕES PROVISÓRIAS NOS PARTIDOS BRASILEIROS

PEDRO FLORIANO RIBEIRO, BRINA DEPONTE LEVEGUEN, LUÍS G. BRUNO LOCATELLI, PEDRO PAULO F. B. DE ASSIS	369
5.1 Introdução	369
5.2 Dilemas e implicações da regulação estatal sobre os partidos políticos	371
5.3 Legislação partidária no Brasil	374
5.4 Intervenções e comissões provisórias nos partidos brasileiros: dados exploratórios	378
5.5 Considerações finais	383
Referências	383

PARTE VI

CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E SUA INEXORABILIDADE PARA O APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA

CAPÍTULO 1

CONVENÇÕES: ATO POLÍTICO-PARTIDÁRIO

DELMIRO DANTAS CAMPOS NETO, MARIA STEPHANY DOS SANTOS	389
1.1 Introdução	389
1.2 Considerações iniciais	390
1.3 Convenções partidárias: o estopim das eleições?	392
1.4 Competência para apreciar e julgar os conflitos internos nos órgãos diretivos de partido político	397
1.5 Considerações finais	399
Referências	400

CAPÍTULO 2

A CONVENÇÃO PARTIDÁRIA COMO INSTRUMENTO PARA O APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA

VIVIAN DE ALMEIDA GREGORI TORRES	403
2.1 Introdução	403
2.2 Democracia: conceito e elementos	404
2.3 Partidos políticos: estrutura e função	411
2.4 Convenções partidárias: características e caráter democrático	417
2.5 Conclusões	420
Referências	421

SOBRE OS AUTORES	423
------------------------	-----